

Praticando

Solução
Editora
a solução para o seu concurso!

SEAP-MA

500

QUESTÕES

**COMUM AOS CARGOS DE ESPECIALISTA À ASSISTÊNCIA
PENITENCIÁRIA E ASSISTENTE PENITENCIÁRIO**

**BANCA CEBRASPE
E OUTRAS BANCAS**

QUESTÕES GABARITADAS

- › Língua Portuguesa
- › Noções de Informática
- › Ética, Cidadania e Direitos Humanos
- › Legislação - Noções de Direito Constitucional
- › Legislação - Noções de Administrativo
- › História do Maranhão
- › Geografia do Maranhão



AVISO IMPORTANTE:

Este é um Material de Demonstração

Este arquivo é apenas uma amostra do conteúdo completo da Apostila.

Aqui você encontrará algumas páginas selecionadas para que possa conhecer a qualidade, estrutura e metodologia do nosso material. No entanto, **esta não é a apostila completa.**

POR QUE INVESTIR NA APOSTILA COMPLETA?

- ✕ Conteúdo totalmente alinhado ao edital
- ✕ Teoria clara, objetiva e sempre atualizada
- ✕ Questões gabaritadas
- ✕ Diferentes práticas que otimizam seus estudos

Ter o material certo em mãos transforma sua preparação e aproxima você da **APROVAÇÃO.**

Garanta agora o acesso completo e aumente suas chances de aprovação:
<https://www.editorasolucao.com.br/>



SEAP-MA

SECRETARIA DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO
PENITENCIÁRIA DO MARANHÃO
500 QUESTÕES GABARITADAS

Comum aos cargos de
Especialista à Assistência
Penitenciária e Assistente
Penitenciário

EDITAL Nº 1 – SEAP/MA – ESPECIALISTA E
ASSISTENTE, DE 21 DE JULHO DE 2026



CÓD: SL-183JL-26
7901183003730

Questões Gabaritadas:

1. Língua Portuguesa	5
2. Noções de Informática	49
3. Ética, Cidadania e Direitos Humanos	61
4. Legislação - Noções de Direito Constitucional	77
5. Legislação - Noções de Administrativo	93
6. História do Maranhão	109
7. Geografia do Maranhão	121

LÍNGUA PORTUGUESA

1. (CEBRASPE - 2021)

Texto 14A1-I

A língua é o espaço que forma o escritor. Tentar compreendê-la (essa tarefa impossível) será, portanto, um bom caminho para compreender a atividade da literatura. A questão é que há tantas línguas, e isso no universo do mesmo idioma, quanto há escritores. Quando falo de língua, não me refiro apenas ao simples depósito de palavras que circulam em uma comunidade, nem a um sistema gramatical normativo às vezes mais, às vezes menos estável numa sociedade, numa estação do ano, num sexo, numa região, numa família ou em parte dela, num lugarejo, numa classe social, naquela rua, num determinado dia, num livro e quase nunca num país inteiro.

A língua em que circula o escritor jamais é uma entidade unitária. Não pode ser, em caso algum, uma ordem unida. Porque a matéria da literatura não é um sistema abstrato de regras e relações, uma análise combinatória de fonemas ou um conjunto de universais semânticos como tem sido a língua para uma corrente considerável dos cientistas da língua. Justamente por serem abstratos, justamente por serem apenas fonemas e justamente por serem universais, esses elementos primeiros são desprovidos de significado: servindo a todos, não servem a ninguém. De fato, não chegam a se constituir em “língua”, face a outra parte indispensável da palavra: o falante.

O falante, o homem que tem a palavra é, portanto, o verdadeiro território do escritor: a língua real é ele. E em que sentido ele pode ser considerado uma entidade universal? Isso interessa porque, no exato momento em que uma palavra ganha vida, na voz do falante, ela ganha também o seu limite: o pé no chão, que não é qualquer chão, o espaço, que é esse espaço, e não outro, o ar que se respira, o tempo, o dia, a hora, toda a soma das intenções muito específicas convertidas no impulso da palavra; e, é claro, a ninguém interessa o que a palavra quer dizer de velha (isso até o dicionário sabe), mas o que ela quer dizer de nova, isto é, o que é novo e surpreendente no que se diz. Esse espetáculo das vozes que falam sem parar no mundo em torno, ou nesse

mundo em torno, nesse exato momento, é a vida indispensável de quem escreve. É nessa diversidade imensa e imediata que se move quem escreve, o ouvido atento.

Mas há ainda um terceiro complicador na palavra, além da sua matéria mesma e além daquele que fala. Porque, se desdobramos a palavra, descobrimos que quem lhe dá vida não é exatamente o falante. Ninguém no mundo fala sozinho. Mesmo que, numa redução ao absurdo, isso fosse possível, ou seja, uma palavra que dispensasse os outros para fazer sentido, ela seria uma palavra natimorta, um objeto opaco à espera de um criptólogo que lhe rompesse o isolamento, como um Champollion diante de uma pedra no meio do caminho, mas então a suposta pureza original autossuficiente estaria destruída.

Assim, surge outro território essencial de quem escreve: o território de quem ouve, a força da linguagem alheia, dos outros, num sentido duplo interessa tanto o que os outros nos dizem (e somos nós que damos vida a essas palavras que vêm de lá, antes mesmo de se tornarem voz), quanto o que nós dizemos (e são eles, os outros, que dão vida ao que dizemos, antes mesmo de a gente abrir a boca). Para a palavra e para tudo que significa, os outros não são uma escolha, mas parte inseparável. Mesmo solitários, de olhos e ouvidos fechados, isolados na mais remota ilha do mais remoto oceano, no fundo de uma caverna escura e silenciosa, mesmo lá ouviríamos, em cada palavra apenas sonhada, a gritaria interminável dos que nos ouvem.

Enquanto isso, é sempre bom lembrar que, nesse trançado infinito de vozes, o que trocamos não são símbolos e códigos neutros; nem sinais de computador, nem mensagens unilaterais; a vida da linguagem está no fato de que não ouvimos ou lemos apenas sons ou letras, mas desejos, medos, ordens, confissões; de que não falamos ou escrevemos sinais, mas intenções, pontos de vista, sonhos, acusações, defesas, indiferenças. Ninguém entende a linguagem como certa ou errada (exceto nos cadernos escolares), mas como verdadeira, mentirosa, bela, nojenta, comovente, delirante, horrível, ofensiva, carinhosa... É exatamente nesse pântano inseguro dos valores que se move o escritor. E é apenas

nesse terreno de valores que a forma da palavra pode ganhar seu estatuto estético, a sua dignidade poética, historicamente flutuante.

A língua do escritor é uma entidade necessariamente impura, contaminada, suja de intenções, povoada previamente de muitas outras línguas (do mesmo idioma ou fora dele), de milhões de vozes. Se nessa diversidade essencial está a riqueza de quem escreve, nela também está a sua fronteira necessária, e, em última instância, a sua ética. Para formar a minha palavra, eu preciso da palavra do outro compartilhando com ela a força e o valor de origem. A palavra que eu tomo em minhas mãos, como ensina Bakhtin, não é nunca um objeto inerte: há sempre um coração alheio batendo nela, outra intenção, uma vida diferente da minha vida, com a qual eu preciso me entender. Assim, a minha liberdade de criação, a minha palavra, tem na autonomia da voz do outro o seu limite. O que parece a natureza mesma da linguagem, o seu duplo, talvez possa se transformar, para o escritor, na sua ética.

Internet: <<http://www.cristovaotezza.com.br>> (com adaptações)

Assinale a opção em que a palavra apresentada está grafada corretamente, de acordo com a vigente ortografia oficial da língua portuguesa.

- (A) antinflamatório
- (B) semi-circular
- (C) vai-e-vem
- (D) autoavaliação
- (E) panamericano

2. (CEBRASPE - 2026)

Texto CG1A2-I

Ainda há muito o que estudar sobre a árvore genealógica das línguas de todo o continente americano. Como na África, a linguística moderna chegou tarde a essa região e encontrou um cenário marcado pela destruição, pelo desaparecimento não documentado de uma quantidade de idiomas que mal conseguimos avaliar. Os idiomas que se viram mais diretamente envolvidos no processo de formação do português que viríamos a falar no Brasil são os do grupo tupi, falados por nações como os caetés, potiguara, tamoio, tupinambá, tupiniquim... Esses povos parecem ter iniciado uma imigração a partir da Amazônia, no início da Era Comum, ou seja, há mais de 2.000 anos. Por um lado, eles se expandiram para o litoral norte, depois rumo ao nordeste e ao sudeste do Brasil; por outro, desceram a região central rumo ao sul do país.

A presença mais ou menos uniforme de grupos tupis nas costas do Brasil teria um papel fundamental na história linguística do que um dia viria a ser essa imensa nação lusófona na América do Sul. Numa região de vegetação fechada e rala densidade populacional, o litoral era o fio condutor mais vigoroso de contatos e aproximações. E como os povos que habitavam um trecho gigantesco do litoral brasileiro eram relacionados, isso gerava um tipo de uniformidade de hábitos, tradições e idioma, que possibilitou que os portugueses os considerassem como “um povo”, falante de uma mesma língua, uma forma do tupi, que, ao que parece, variava pouco entre um grupo e outro. Essa foi a língua cuja gramática, afinal, seria descrita pelos jesuítas europeus — a língua que estaria na base de uma das legítimas “línguas brasileiras” que foram

desenvolvidas aqui e que, séculos depois da chegada dos portugueses, ainda representariam uma direta concorrência para o sucesso do idioma de Portugal nessas plagas.

Caetano W Galindo. *Latim em pó. Um passeio pela formação do nosso português*. São Paulo: Companhia das Letras, 2022, p. 142-144 (com adaptações).

No terceiro período do primeiro parágrafo do texto CG1A2-I, as formas verbais “viram” e “viríamos”

- (A) são formas flexionadas dos verbos **ver** e **vir**, respectivamente.
- (B) estão ambas flexionadas no futuro do subjuntivo.
- (C) estabelecem concordância com o termo “idiomas”.
- (D) são, ambas, transitivas indiretas.
- (E) estão flexionadas, respectivamente, no pretérito perfeito e no pretérito mais-que-perfeito do modo indicativo.

3. (CEBRASPE - 2026)

Texto 12A1-II

Existe um consenso entre linguistas, atualmente, de que o ensino não pode mais continuar considerando errado o uso que o falante faz de sua língua. Admitidas as variações existentes no uso da língua, o ensino tem de deixar de ser prescritivo para ser descritivo e produtivo. No ensino descritivo, mostra-se como a língua funciona e dá-se ao(a) aluno(a) consciência do uso que ele(a) próprio(a) faz de sua língua; no produtivo, ensinam-se ao(a) aluno(a) variantes de sua língua apropriadas a diversas situações, de modo que possa efetivamente usá-las de acordo com suas necessidades. Com esses dois tipos de ensino, procura-se atingir os objetivos do ensino: o

NOÇÕES DE INFORMÁTICA

1. (CEBRASPE - 2025)

No Windows 10, os ícones, os arquivos, as pastas e os programas existentes no computador encontram-se no(a)

- (A) área de trabalho.
- (B) sistema multitarefa.
- (C) driver de dispositivo.
- (D) gerenciador de disco.
- (E) tela de login.

2. (CEBRASPE - 2024)

Assinale a opção correta, a respeito do sistema operacional Windows 10.

- (A) A instalação padrão do Windows 10 já conta com uma proteção contra vírus de computador e ameaças.
- (B) Para se visualizar simultaneamente dois documentos ou aplicativos, é necessário ter duas telas conectadas ao computador.
- (C) Não é possível criar pastas na Área de Trabalho do Windows 10.
- (D) O explorador de arquivos do Windows 10 não permite visualizar fotos ou imagens em miniaturas.
- (E) O Google Chrome é um navegador web nativo do Windows 10.

3. (CEBRASPE - 2024)

No sistema operacional Windows, para se gerenciar o modo como os dados são gravados nos dispositivos de armazenamento, é utilizado o sistema de arquivos

- (A) XFS.
- (B) REISERFS.
- (C) LVM.
- (D) EXT4.
- (E) NTFS.

4. (CEBRASPE - 2024)

Na organização e no gerenciamento de arquivos no ambiente Windows, é possível usar o Windows Explorer para listar e excluir arquivos e pastas. Nesse contexto, ao se selecionar um arquivo ou uma pasta (clitando-se

com o botão direito do *mouse* sobre o respectivo nome) e, na lista disponibilizada, se escolher a opção Excluir, o arquivo ou a pasta selecionado será

- (A) removido de forma permanente.
- (B) movido para a Lixeira.
- (C) removido para um local temporário.
- (D) renomeado automaticamente.
- (E) movido para a pasta Windows.

5. (CEBRASPE - 2023)

Assinale a opção que indica a ferramenta do Windows 10 que permite ao usuário gerenciar os arquivos e as pastas no computador.

- (A) Gerenciador de Dispositivos
- (B) Gerenciador de Tarefas
- (C) Painel de Controle
- (D) Explorador de Arquivos
- (E) Configurações

6. (CEBRASPE - 2022)

No MS Windows, as atividades de manutenção do computador, como a desinstalação de programas, podem ser realizadas por meio de recursos disponíveis

- (A) na área de transferência.
- (B) na área de trabalho.
- (C) no Painel de controle.
- (D) no Explorador de arquivos.
- (E) no Meu computador.

7. (CEBRASPE - 2022)

No Windows 10, é permitido realizar *backup* em uma unidade externa ou em um local de rede por meio do recurso

- (A) Windows Defender.
- (B) Otimização de Entrega.
- (C) Histórico de Arquivos.
- (D) Otimizador de Unidades.
- (E) Windows Insider.

8. (CEBRASPE - 2022)

Na computação, a execução de programas, gerenciamento de memória e de espaço de armazenamento são atribuições do

- (A) sistema operacional.
- (B) navegador web.
- (C) painel de controle.
- (D) explorador de arquivos.
- (E) gerenciador de tarefas.

9. (CEBRASPE - 2022)

Para se ausentar temporariamente de sua estação de trabalho, mantendo seu computador inacessível sem, necessariamente, desligá-lo ou fechar os aplicativos, o usuário, além de configurar o acesso ao Windows com senha, deverá

- (A) pressionar simultaneamente as teclas CTRL, ALT e DEL e selecionar a opção Sair.
- (B) pressionar simultaneamente as teclas CTRL, ALT e DEL e selecionar a opção Gerenciador de Tarefas.
- (C) acionar o botão Iniciar e selecionar a opção Ligar/Desligar, seguida de Reiniciar.
- (D) pressionar simultaneamente as teclas CTRL, ALT e DEL e selecionar a opção Cancelar.
- (E) pressionar simultaneamente as teclas CTRL, ALT e DEL e selecionar a opção Bloquear.

10. (CEBRASPE - 2022)

No MS Windows, uma das opções para se fazer o *backup* apenas das pastas e arquivos selecionados pelo usuário, indicando-se a periodicidade e o período de disponibilidade do *backup*, é chamada de

- (A) Fazer o backup de arquivos no OneDrive.
- (B) Fazer backup usando Histórico de arquivos.
- (C) Fazer backup agora.
- (D) Fazer backup em uma unidade diferente.
- (E) Restaurar arquivos de um backup atual.

11. (CEBRASPE - 2021)

Um usuário necessita de uma solução nativa do Windows 10 que se integre ao sistema operacional e proteja os dados do usuário contra as ameaças de roubo de dados, criptografando os dados conforme eles estão sendo gravados.

Considerando-se essa situação hipotética, é correto afirmar que, no Windows 10, o recurso de proteção de dados que pode criptografar os dados conforme eles estão sendo gravados e resolver a necessidade desse usuário é o(a)

- (A) BitLocker.
- (B) Proteção DMA de Kernel.
- (C) Proteção de Informações do Windows (WIP).
- (D) AppLocker.

12. (CEBRASPE - 2021)

Acerca da criação de conta no Windows 10 Pro, assinale a opção **correta**.

- (A) É possível criar uma conta de usuário local que possua permissões de administrador, mesmo que se trate de uma conta *offline*.
- (B) Somente é possível criar contas locais com permissões de administrador a partir de contas Microsoft.
- (C) É possível adicionar ao grupo família contas que sejam automaticamente de confiança e tenham permissões de administrador.
- (D) Para criar uma conta de administrador, deve-se configurar a conta para ser utilizada no modo quiosque.

13. (CEBRASPE - 2026)

De acordo com a obra **Informática: conceitos básicos**, de Fernando de Castro Velloso, assinale a opção em que é corretamente apresentada a versão do sistema operacional Windows que consolida o objetivo de ser um "sistema operacional pronto para a nuvem".

- (A) Windows 95
- (B) Windows 2008
- (C) Windows 11
- (D) Windows Server 2019
- (E) Windows 2000

14. (CEBRASPE - 2022)

No Explorador de Arquivos do Windows, a opção que permite disponibilizar um arquivo na nuvem para um usuário, seja por meio do seu endereço de *email* ou envio do *link* de acesso ao arquivo, é

- (A) Exibir online.
- (B) Compartilhar.
- (C) Conceder acesso a.
- (D) Abrir com.
- (E) Enviar para.

ÉTICA, CIDADANIA E DIREITOS HUMANOS

1. (CEBRASPE - 2024)

Acerca da Convenção Americana sobre Direitos Humanos (CADH), conhecida como Pacto de São José da Costa Rica, assinale a opção **correta**.

- (A) No sistema da CADH, a Corte Interamericana de Direitos Humanos é o órgão com competência exclusiva para concretizar a aplicação dos direitos previstos na convenção.
- (B) Diante de qualquer possível agressão a direito protegido pela CADH, tornam-se imediatamente cabíveis as medidas de intervenção da Corte Interamericana de Direitos Humanos.
- (C) Pessoas sem nacionalidade reconhecida (apátridas) não podem invocar os direitos previstos na CADH.
- (D) A proteção a direitos humanos contida na CADH é de natureza complementar à oferecida pelas normas internas.
- (E) A CADH não trata de direitos políticos.

2. (VUNESP - 2023)

De acordo com a Convenção Americana dos Direitos Humanos,

- (A) não se deve impor a pena de morte a pessoa que, no momento da perpetração do delito, for menor de vinte e um anos.
- (B) a pena pode passar da pessoa do delinquente, mas apenas diante de expressa e prévia disposição legal.
- (C) não se pode restabelecer a pena de morte nos Estados que já a aboliram.
- (D) a pena de morte não pode ser aplicada por delitos políticos, mas se a admite por delitos comuns conexos com delitos políticos.
- (E) as penas privativas da liberdade devem ter por finalidade essencial a proteção social.

3. (CEBRASPE - 2022)

O estrangeiro que se ache legalmente no território de Estado-parte na Convenção Americana de Direitos Humanos só poderá dele ser expulso em cumprimento de decisão adotada

- (A) conforme a legislação.

- (B) pela Corte Interamericana de Direitos Humanos.
- (C) em procedimento judicial.
- (D) pela Comissão Interamericana de Direitos Humanos.
- (E) pela prática de um crime.

4. (VUNESP - 2022)

É um instrumento internacional entre os países-membros da Organização dos Estados Americanos (OEA) e que foi subscrito durante a Conferência Especializada Interamericana de Direitos Humanos, em 22 de novembro de 1969. Entrou em vigor em 18 de julho de 1978, sendo atualmente uma das bases do sistema interamericano de proteção dos Direitos Humanos. Consagra diversos direitos civis e políticos, entre outros, o direito ao reconhecimento da personalidade jurídica, o direito à vida, à integridade pessoal, à liberdade pessoal e garantias judiciais, à proteção da honra e reconhecimento à dignidade, à liberdade religiosa e de consciência, à liberdade de pensamento e de expressão, e o direito de livre associação.

É correto afirmar que o enunciado refere-se

- (A) à Convenção Americana sobre Direitos Humanos (Pacto de São José da Costa Rica).
- (B) à Declaração Universal dos Direitos Humanos.
- (C) ao Estatuto de Roma.
- (D) a Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher.
- (E) à Convenção Internacional sobre a Eliminação de todas as Formas de Discriminação Racial.

5. (VUNESP - 2022)

No que concerne ao direito à vida previsto na Convenção Americana de Direitos Humanos, é **correto** afirmar que

- (A) nos países que não houverem abolido a pena de morte, esta só poderá ser imposta pelo cometimento do delito de genocídio.
- (B) toda pessoa condenada à morte tem direito a solicitar anistia, que deverá ser imediatamente concedida.

(C) em nenhum caso pode a pena de morte ser aplicada, independentemente da natureza do delito cometido.

(D) em nenhum caso pode a pena de morte ser aplicada a delitos políticos, nem a delitos comuns conexos com delitos políticos.

(E) não se deve impor a pena de morte a pessoa que, no momento da perpetração do delito, for menor de vinte e um anos ou maior de sessenta anos.

6. (VUNESP - 2022)

Segundo a Convenção Americana de Direitos Humanos ("Pacto de San José da Costa Rica"), é **correto** afirmar que

(A) as penas privativas de liberdade devem ter por finalidade essencial a punição rigorosa do autor de crime hediondo e a regeneração dos condenados por crimes comuns.

(B) se, depois de perpetrado o delito, a lei estipular a imposição de pena mais leve, o delinquente deverá dela beneficiar-se.

(C) a lei não pode submeter os espetáculos públicos a censura prévia, ainda que com o objetivo de regular o acesso a eles, para proteção moral da infância e da adolescência.

(D) é direito irrenunciável do acusado ser assistido por um defensor proporcionado pelo Estado, bem como exigir que o seu processo judicial seja sigiloso.

(E) toda pessoa tem direito ao uso e gozo de seus bens, não podendo o Estado deles privá-la e nem a lei subordinar esse uso e gozo ao interesse social.

7. (CEBRASPE - 2022)

De acordo com a Convenção Americana sobre Direitos Humanos, a pena não pode passar da pessoa do delinquente em razão do direito à(ao)

(A) integridade pessoal.

(B) reconhecimento da personalidade jurídica.

(C) liberdade pessoal.

(D) garantia judicial.

(E) honra e dignidade.

8. (CEBRASPE - 2022)

Acerca das disposições da Convenção Americana sobre Direitos Humanos, assinale a opção **correta**.

(A) É permitida a expulsão coletiva de estrangeiros, nos casos previstos em lei.

(B) Ninguém pode ser expulso do território do Estado do qual for nacional, nem ser privado do direito de nele entrar.

(C) Estado que tenha abolido a pena de morte pode, posteriormente, restabelecê-la.

(D) Nem todo caso de condenação à morte permite a concessão de anistia, indulto ou comutação da pena.

(E) A liberdade de associação é ampla, não se admitindo restrição de nenhuma espécie.

9. (CEBRASPE - 2022)

Acerca da Convenção Americana sobre Direitos Humanos, julgue o seguinte item.

I. Salvo em circunstâncias excepcionais, os processados devem ficar separados dos condenados.

II. Toda pessoa detida ou retida deve ser informada das razões da sua detenção, sem necessidade de ser notificada das acusações formuladas contra ela.

III. Permite-se a expulsão coletiva de estrangeiros.

Assinale a opção **correta**.

(A) Apenas o item I está certo.

(B) Apenas o item II está certo.

(C) Apenas os itens I e III estão certos.

(D) Apenas os itens II e III estão certos.

(E) Todos os itens estão certos.

10. (VUNESP - 2022)

Assinale a alternativa correta e nos termos da Convenção Americana de Direitos Humanos (Pacto de São José da Costa Rica 1969).

(A) Em nenhum caso, pode a pena de morte ser aplicada a delitos políticos, nem a delitos comuns conexos com delitos políticos.

(B) As penas privativas de liberdade devem ter por finalidade essencial a justa retribuição ao crime praticado.

(C) É vedado o estabelecimento, em leis internas, de condições para o exercício do direito do homem e da mulher de contraírem casamento.

(D) É vedada a imposição de restrições legais, inclusive em relação a privação do exercício do direito de associação, aos membros das forças armadas e da polícia.

LEGISLAÇÃO - NOÇÕES DE DIREITO CONSTITUCIONAL

1. (CEBRASPE - 2026)

Assinale a opção correta no que se refere aos direitos humanos, de acordo com as disposições da Constituição Federal de 1988 (CF) e o entendimento do STF.

- (A) A prevalência dos direitos humanos faz parte dos princípios que regem as relações internacionais brasileiras.
- (B) Os tratados e convenções sobre direitos humanos serão incorporados ao ordenamento jurídico brasileiro, sem a necessidade de expedição do decreto de promulgação.
- (C) Os tratados e convenções sobre direitos humanos são automaticamente equiparados às emendas constitucionais, visto que são direitos fundamentais e independem de qualquer rito especial de equiparação.
- (D) A dignidade da pessoa humana inclui-se entre os objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil.
- (E) Somente as normas garantidoras dos direitos individuais têm aplicação imediata.

2. (CEBRASPE - 2024)

Com fundamento na Constituição Federal de 1988 (CF) e na doutrina majoritária em matéria constitucional, julgue os itens a seguir.

- I. A dignidade da pessoa humana e a promoção do bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação, são princípios fundamentais previstos na CF.
- II. O poder constituinte originário é caracterizado pela momentaneidade, já que se exaure após estabelecida a Constituição de um país.
- III. A norma constitucional que dispõe sobre a identificação criminal do civilmente identificado tem aplicabilidade indireta, mediata e reduzida.
- IV. A CF veda, expressa e integralmente, a retroatividade da lei penal.
- V. Será declarada a perda da nacionalidade do brasileiro que fizer pedido expresso nesse sentido perante autoridade brasileira competente, ressalvadas situações que acarretem apatridia.

Assinale a opção **correta**.

- (A) Apenas os itens **I** e **V** estão certos.
- (B) Apenas os itens **II** e **IV** estão certos.
- (C) Apenas os itens **I**, **III** e **V** estão certos.
- (D) Apenas os itens **II**, **III** e **IV** estão certos.
- (E) Todos os itens estão certos.

3. (CEBRASPE - 2024)

Considerando as formas de governo e as diferenças entre chefia de Estado e chefia de governo, assinale a opção correta com referência ao exercício dessas chefias no sistema presidencialista brasileiro.

- (A) O Congresso Nacional assume a chefia de governo, e o presidente é o chefe de Estado.
- (B) O presidente é o chefe de governo, e o presidente do STF é o chefe de Estado.
- (C) O presidente é o chefe de governo, e o primeiro-ministro, que é o chefe da Casa Civil, é o chefe de Estado.
- (D) O presidente é o chefe de Estado, e o vice-presidente é o chefe de governo.
- (E) O presidente é simultaneamente chefe de Estado e chefe de governo.

4. (CEBRASPE - 2024)

Assinale a opção em que são corretamente citados fundamentos da República Federativa do Brasil, de acordo com a Constituição Federal de 1988 (CF).

- (A) pluralismo político, soberania e autodeterminação dos Poderes
- (B) autodeterminação dos Poderes, soberania e cidadania
- (C) soberania, cidadania e pluralismo político
- (D) cidadania, autodeterminação dos Poderes e proteção ambiental
- (E) proteção ambiental, cidadania e pluralismo político

5. (CEBRASPE - 2023)

Conforme a Constituição Federal de 1988, os fundamentos da República Federativa do Brasil incluem

- (A) os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa.
- (B) os direitos humanos.
- (C) a construção de uma sociedade livre, justa e solidária.
- (D) a garantia do desenvolvimento nacional.
- (E) a erradicação da pobreza e a marginalização.

6. (CEBRASPE - 2022)

De acordo com os princípios fundamentais da República Federativa do Brasil elencados na CF, assinale a opção **correta**.

- (A) Todo o poder emana do povo, que, incondicionalmente, o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente.
- (B) A República Federativa do Brasil é constituída pela junção indissolúvel da União, dos estados, dos municípios e do Distrito Federal.
- (C) Estão entre os fundamentos da República Federativa do Brasil a cidadania, a soberania, as garantias fundamentais da pessoa humana e os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa.
- (D) A integração econômica, política, social e cultural dos povos da América Latina deve ser um dos objetivos da República Federativa do Brasil em suas relações internacionais, buscando-se sempre a formação de uma comunidade latino-americana de nações.
- (E) A República Federativa do Brasil é constituída por objetivos fundamentais, entre os quais está a garantia de um desenvolvimento internacional.

7. (CEBRASPE - 2022)

Em relação aos princípios fundamentais da República, definidos na Constituição Federal de 1988 (CF), assinale a opção **correta**.

- (A) Os objetivos fundamentais da República não se aplicam aos gestores da administração pública.
- (B) As normas que enumeram os objetivos fundamentais da República, embora sejam regras constitucionais dotadas de eficácia, não produzem todos os seus efeitos potenciais imediatamente.
- (C) As diretrizes das relações internacionais do Brasil, como a prevalência dos direitos humanos e a igualdade entre os Estados, são preceitos tecnicamente classificados como regras jurídicas.

(D) Devido à vagueza dos objetivos da República definidos na CF, não se aplica à interpretação deles o princípio da máxima efetividade das normas constitucionais.

(E) O princípio constitucional da dignidade humana depende de regulamentação infraconstitucional para obter eficácia.

8. (CEBRASPE - 2026)

Durante uma ação de fiscalização ambiental, agentes públicos vinculados a órgão estadual de proteção ambiental ingressaram em uma residência particular, no período noturno, sem consentimento do morador e sem ordem judicial, com o objetivo de apurar denúncia anônima sobre suposta prática de infração ambiental grave. Não havia flagrante delito, desastre ou necessidade de prestar socorro. Nessa situação hipotética, conforme os direitos e as garantias fundamentais previstos na CF, o ingresso dos agentes públicos na residência particular

- (A) não viola a CF, desde que os agentes tenham registrado posteriormente a ocorrência em relatório técnico de fiscalização ambiental.
- (B) está de acordo com a CF, pois o exercício do poder de polícia ambiental autoriza a restrição de direitos fundamentais independentemente de ordem judicial.
- (C) é admitido pela CF, desde que tenha ocorrido no interesse da fiscalização ambiental e com fundamento em denúncia anônima.
- (D) está em desacordo com a CF, pois a inviolabilidade do domicílio somente admite as exceções expressamente previstas no texto constitucional.
- (E) é compatível com a CF, pois agentes ambientais podem adotar medidas coercitivas diretas sempre que houver interesse coletivo relevante.

9. (CEBRASPE - 2026)

Em relação aos direitos e deveres individuais e coletivos previstos na CF, assinale a opção **correta**.

- (A) A inviolabilidade do domicílio impede o ingresso na casa do indivíduo mesmo em caso de flagrante delito ou desastre.
- (B) O livre exercício profissional não impede que a lei estabeleça qualificações técnicas para o exercício de determinadas profissões.
- (C) O direito de resposta substitui integralmente eventual indenização por dano material, moral ou à imagem.

LEGISLAÇÃO - NOÇÕES DE ADMINISTRATIVO

1. (CEBRASPE - 2026)

Assinale a opção **correta** no que se refere ao regime constitucional-administrativo.

(A) A publicidade de atos, programas, obras e serviços dos órgãos públicos pode conter nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos.

(B) Os atos de improbidade administrativa produzem exclusivamente efeitos patrimoniais, vedada a suspensão de direitos políticos.

(C) As pessoas jurídicas de direito público e as de direito privado prestadoras de serviços públicos respondem pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, assegurado o direito de regresso nos casos de dolo ou culpa.

(D) A inobservância da exigência de concurso público gera mera anulabilidade do ato, sanável pela confirmação posterior da autoridade competente.

(E) As reclamações relativas à prestação de serviços públicos independem de disciplina legal, por serem direito fundamental de aplicação imediata.

2. (CEBRASPE - 2023)

No que concerne aos princípios da administração pública, assinale a opção **correta**.

(A) Pelo princípio da autotutela, é possível que a administração revogue seus atos, quando eivados de vícios que os tornem ilegais, ou os anule, por motivo de conveniência e oportunidade, respeitados os direitos adquiridos, e ressalvada, em todos os casos, a apreciação judicial.

(B) A Constituição Federal de 1988 (CF) prevê expressamente o princípio da economicidade, com base no qual o administrador público deve aplicar a despesa pública do modo mais econômico.

(C) Para atender à exigência constitucional do princípio da publicidade, basta que o administrador garanta a publicização de seus atos.

(D) O princípio da moralidade originou-se da Súmula Vinculante n.º 13 do Supremo Tribunal Federal (STF), que trata da vedação ao nepotismo.

(E) Toda atividade administrativa deve ser autorizada por lei, conforme preceitua o princípio da legalidade, expresso na Constituição Federal de 1988 (CF).

3. (CEBRASPE - 2023)

A respeito dos princípios da administração pública, assinale a opção correta.

(A) A positivação do princípio da moralidade, no direito brasileiro, deu-se apenas com a Constituição Federal de 1988, segundo a doutrina majoritária.

(B) O princípio da economicidade, aplicado ao regime das licitações, impõe à administração pública a opção pela proposta que proporcionar maior vantagem econômica.

(C) Para avaliar o cumprimento dos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade, não se leva em conta o aspecto da finalidade do ato, mas sim a racionalidade de sua fundamentação.

(D) O princípio da publicidade tem importante relação com o princípio republicano, no sentido de que este pressupõe controle dos atos das autoridades, e não pode haver controle sem conhecimento desses atos.

(E) Por força do princípio da supremacia do interesse público, o administrador não tem o poder de renunciar a direitos, poderes e competências da administração pública.

4. (CEBRASPE - 2022)

A administração pública é regida por normas e por princípios constitucionais e legais. Entre os princípios que foram estabelecidos por lei, mas que não se encontram na Constituição Federal de 1988, inclui-se o princípio da

(A) eficiência.

(B) moralidade.

(C) impessoalidade.

(D) publicidade.

(E) razoabilidade.

5. (CEBRASPE - 2021)

Considerando a aplicação dos princípios da Administração Pública expressos no art. 37 da Constituição Federal – legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência às atividades desenvolvidas pelos Técnicos Administrativos do Conselho Regional de Enfermagem de Sergipe (COREN/SE), assinale a opção **correta**.

(A) A proibição de nepotismo para o exercício de cargo em comissão ou de confiança, ou, ainda, de função gratificada na administração pública direta e indireta, em qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios viola o princípio da eficiência.

(B) Mesmo quando eivados de ilegalidade a administração pública não pode anular seus próprios atos, pois para que isso aconteça exige-se decisão judicial.

(C) O Estado Democrático de Direito instaurado pela Constituição de 1988 estabeleceu, como regra, o sigilo das informações referentes às despesas públicas, prescrevendo a publicidade como exceção, apenas quando imprescindível à segurança da sociedade e do Estado.

(D) O princípio da moralidade administrativa – enquanto valor constitucional revestido de caráter ético-jurídico – condiciona a legitimidade e a validade de todos os atos estatais.

6. (CEBRASPE - 2026)

Assinale a opção em que é corretamente citado princípio implícito da administração pública.

(A) publicidade

(B) eficiência

(C) moralidade

(D) proporcionalidade

(E) impessoalidade

7. (CEBRASPE - 2024)

A prerrogativa da administração pública de invalidar atos administrativos ilegítimos e revogar atos administrativos inoportunos caracteriza a aplicação do princípio administrativo da

(A) supremacia do interesse público.

(B) indisponibilidade.

(C) continuidade.

(D) autotutela.

(E) finalidade.

8. (CEBRASPE - 2023)

A administração pública possui o poder-dever de reverter os seus próprios atos, seja para anulá-los por vício de legalidade, seja para revogá-los por questões de conveniência e de oportunidade. Trata-se, nesse caso, do princípio da administração pública da

(A) eficiência.

(B) moralidade.

(C) segurança jurídica.

(D) autotutela.

(E) impessoalidade.

9. (CEBRASPE - 2023)

Assinale a opção correta em relação aos princípios da administração pública.

(A) O princípio implícito da supremacia do interesse público deve ser levado em conta na atividade jurisdicional.

(B) O princípio da legalidade tem a mesma extensão e o mesmo sentido para a administração pública que tem para as pessoas físicas e jurídicas em geral.

(C) Por interpretação sistemática dos princípios da legalidade e da moralidade, toda conduta autorizada por lei é considerada, por isso mesmo, compatível com a moralidade.

(D) Embora regimes de transição sejam desejáveis quando a administração modifica suas interpretações, eles não são legalmente exigidos, por força do princípio da segurança jurídica.

(E) Em virtude do princípio da continuidade do serviço público, a prestação de um serviço público não pode ser validamente interrompida em hipótese alguma.

10. (CEBRASPE - 2022)

No que tange à atividade administrativa, são aplicáveis tanto à administração pública quanto ao administrado os padrões firmados pelo princípio

(A) da publicidade.

(B) da legalidade.

(C) da boa-fé.

(D) da segurança jurídica.

(E) do interesse público.

HISTÓRIA DO MARANHÃO

1. (2026)

A França Equinocial constituiu uma experiência colonial francesa desenvolvida no início do século XVII na região correspondente ao atual Maranhão. Considerando o contexto político internacional que favoreceu essa tentativa de ocupação, assinale a alternativa correta.

- (A) A União Ibérica enfraqueceu a defesa de determinadas áreas da América portuguesa, favorecendo investidas de franceses, ingleses e holandeses.
- (B) A independência de Portugal em relação à Espanha possibilitou que a França recebesse autorização portuguesa para ocupar o Maranhão.
- (C) A assinatura de um tratado entre Portugal e França determinou a divisão do norte da América portuguesa entre os dois países.
- (D) A ausência de populações indígenas permitiu que a França ocupasse o Maranhão sem estabelecer alianças locais.
- (E) A decadência do comércio marítimo europeu levou a França a procurar exclusivamente áreas destinadas à agricultura de subsistência.

2. (2026)

Daniel de La Touche, senhor de La Ravardière, teve papel central na tentativa de estabelecimento da França Equinocial. Antes da fundação formal da colônia, sua atuação na região caracterizou-se principalmente pela

- (A) construção de engenhos de açúcar administrados diretamente pela Coroa francesa.
- (B) realização de viagens de reconhecimento e pelo estabelecimento de contatos com povos indígenas.
- (C) expulsão de comerciantes holandeses que dominavam a ilha de São Luís.
- (D) assinatura de um acordo militar com o governo português.
- (E) criação de uma administração colonial subordinada ao governo-geral da Bahia.

3. (2026)

As relações estabelecidas entre os franceses e determinados povos indígenas, especialmente grupos tupinambás, foram fundamentais para a presença francesa no Maranhão. Essas relações baseavam-se, principalmente,

- (A) na imposição imediata do trabalho escravizado indígena em grandes plantações.
- (B) na proibição de qualquer intercâmbio cultural ou econômico entre franceses e indígenas.
- (C) na realização de trocas comerciais e na formação de alianças que também ofereciam apoio militar aos franceses.
- (D) na submissão dos indígenas às autoridades religiosas espanholas.
- (E) no isolamento dos franceses em fortificações, sem contato com as populações locais.

4. (2026)

A expedição francesa comandada por Daniel de La Touche chegou ao Maranhão em 1612 e contou com a participação de religiosos capuchinhos. De acordo com o texto, a presença desses religiosos tinha como finalidade

- (A) organizar exclusivamente o comércio de produtos naturais com a Europa.
- (B) comandar militarmente os indígenas aliados contra os holandeses.
- (C) substituir os representantes da nobreza francesa na administração colonial.
- (D) legitimar religiosamente a ocupação e promover a catequese dos indígenas.
- (E) negociar a devolução imediata do Maranhão ao governo português.

5. (2026)

Diferentemente de expedições destinadas apenas ao comércio temporário, o projeto da França Equinocial pretendia estabelecer uma ocupação permanente. Entre as medidas associadas a esse objetivo, encontrava-se

- (A) a transferência da capital francesa para a América.
- (B) a entrega da administração regional aos povos indígenas.
- (C) a renúncia à construção de fortificações, consideradas desnecessárias.
- (D) a limitação da presença francesa a viagens sazonais de exploração.
- (E) a fundação de uma cidade, a construção de fortificações e a organização de uma estrutura administrativa.

6. (2026)

A denominação “França Equinocial”, atribuída ao projeto colonial francês no Maranhão, relacionava-se

- (A) à proximidade da região ocupada com a linha do Equador.
- (B) à igualdade política estabelecida entre franceses e portugueses.
- (C) ao nome de uma companhia comercial sediada na França.
- (D) à intenção de ocupar exclusivamente regiões de clima frio.
- (E) à homenagem prestada a um navegador espanhol.

7. (2026)

A escolha da ilha onde atualmente se localiza São Luís para o estabelecimento da França Equinocial foi motivada por vantagens estratégicas. Assinale a alternativa que apresenta uma dessas vantagens.

- (A) A completa inexistência de rios e baías, que impedia ataques marítimos.
- (B) A proteção proporcionada por baías e rios, o acesso ao interior e a possibilidade de controlar a navegação.
- (C) A proximidade terrestre com os principais centros coloniais do Sudeste.
- (D) A existência de uma grande rede urbana previamente construída pelos portugueses.
- (E) O predomínio de atividades mineradoras já consolidadas na região.

8. (2026)

A construção do Forte de Saint-Louis representou um marco para a presença francesa no Maranhão porque

- (A) determinou a anexação definitiva do Maranhão à França.
- (B) foi realizada pelos portugueses para impedir a chegada da expedição francesa.
- (C) deu origem ao núcleo da cidade de São Luís e marcou formalmente a ocupação francesa.
- (D) serviu exclusivamente como residência dos religiosos capuchinhos.
- (E) permaneceu sob domínio francês durante todo o período colonial.

9. (2026)

A respeito das relações entre franceses e povos indígenas durante a França Equinocial, assinale a alternativa correta.

- (A) Os franceses consideravam o conhecimento indígena irrelevante para a ocupação territorial.
- (B) Os indígenas participaram apenas como observadores dos conflitos entre europeus.
- (C) As alianças indígenas foram dispensáveis porque os franceses recebiam abastecimento constante da Europa.
- (D) Os franceses procuravam apresentar-se como aliados dos povos locais contra os portugueses.
- (E) Todos os povos indígenas da região apoiaram de forma uniforme e permanente a ocupação francesa.

10. (2026)

Entre as dificuldades enfrentadas pela França Equinocial, o texto destaca

- (A) a ausência de qualquer reação portuguesa à ocupação.
- (B) o excesso de reforços militares enviados pela França.
- (C) a impossibilidade de contato com povos indígenas.
- (D) o apoio militar permanente fornecido pela Espanha aos franceses.
- (E) a distância da França, a falta de abastecimento constante, as doenças e a reação portuguesa.

GEOGRAFIA DO MARANHÃO

1. (2026)

O Maranhão é frequentemente caracterizado como um “estado de transição” no território brasileiro. Considerando sua posição geográfica e as características descritas no texto, essa classificação decorre principalmente do fato de o estado:

- (A) situar-se entre as regiões Norte e Nordeste, reunindo características amazônicas, nordestinas, climáticas, econômicas e culturais.
- (B) localizar-se exclusivamente no interior do Nordeste, sem influência do litoral ou da Amazônia.
- (C) apresentar somente paisagens de clima semiárido e vegetação de caatinga.
- (D) integrar politicamente a Região Norte, embora esteja economicamente ligado ao Sudeste.
- (E) possuir território dividido igualmente entre as regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste.

2. (2026)

Segundo os dados territoriais apresentados no texto, o Maranhão possui área aproximada de 329.651,463 km². Essa dimensão territorial permite afirmar corretamente que o estado:

- (A) é a menor unidade federativa da Região Nordeste.
- (B) é o maior estado da Região Nordeste e apresenta expressiva diversidade paisagística.
- (C) possui extensão territorial inferior à do estado de Sergipe.
- (D) apresenta território totalmente ocupado por formações amazônicas.
- (E) possui área territorial concentrada exclusivamente em ambientes costeiros.

3. (2026)

Em relação aos limites territoriais do Maranhão, assinale a alternativa que apresenta corretamente os estados vizinhos e o limite marítimo mencionados no texto.

- (A) Pará, Amazonas, Ceará, Bahia e Oceano Pacífico.
- (B) Piauí, Ceará, Bahia, Goiás e Oceano Atlântico.
- (C) Pará, Piauí, Tocantins e Oceano Atlântico.

(D) Pará, Ceará, Bahia, Tocantins e Oceano Índico.

(E) Piauí, Pernambuco, Goiás, Pará e Oceano Atlântico.

4. (2026)

O litoral maranhense possui aproximadamente 640 quilômetros de extensão e apresenta grande importância geográfica e econômica. De acordo com o texto, esse litoral:

- (A) é o mais curto do Nordeste brasileiro.
- (B) ocupa a terceira posição entre os litorais estaduais do Brasil.
- (C) é superado em extensão pelos litorais do Ceará e do Rio Grande do Norte.
- (D) é o segundo mais extenso do Brasil, sendo superado apenas pelo litoral da Bahia.
- (E) corresponde exclusivamente à região dos Lençóis Maranhenses.

5. (2026)

Os rios Gurupi e Parnaíba apresentam importante função na delimitação territorial do Maranhão. A relação correta entre esses rios e as fronteiras estaduais é:

- (A) o Gurupi limita o Maranhão com o Piauí, e o Parnaíba com o Tocantins.
- (B) o Gurupi limita o Maranhão com o Tocantins, e o Parnaíba com o Pará.
- (C) ambos delimitam exclusivamente municípios no interior do Maranhão.
- (D) ambos formam a fronteira do Maranhão com o Ceará.
- (E) o Gurupi serve de referência na divisa com o Pará, e o Parnaíba na divisa com o Piauí.

6. (2026)

A configuração atual do limite meridional do Maranhão relaciona-se à criação de uma nova unidade federativa brasileira em 1988. Segundo o texto, esse limite passou a ser estabelecido com:

- (A) o Tocantins, criado a partir do desmembramento da porção norte do antigo estado de Goiás.
- (B) o Pará, criado a partir da divisão territorial do Amazonas.

- (C) o Piauí, formado pela separação política do Ceará.
 (D) a Bahia, constituída após o desmembramento de Pernambuco.
 (E) Goiás, que incorporou parte do antigo território tocanrinense.

7. (2026)

Os pontos extremos do território maranhense demonstram sua amplitude latitudinal e longitudinal. Assinale a alternativa que identifica corretamente o ponto extremo sul do estado.

- (A) Baía de São Marcos, junto à ilha de São Luís.
 (B) Chapada das Mangabeiras, com altitude aproximada de 804 metros.
 (C) Delta do Parnaíba, em área de planície costeira.
 (D) Serra do Gurupi, junto à divisa com o Pará.
 (E) Litoral das Reentrâncias Maranhenses, em área de manguezais.

8. (2026)

As Áreas de Proteção Ambiental são classificadas como unidades de conservação de uso sustentável. Isso significa que essas unidades:

- (A) proíbem qualquer presença humana, inclusive de comunidades tradicionais.
 (B) permitem apenas atividades militares e pesquisas científicas.
 (C) admitem populações humanas e atividades econômicas compatíveis com a conservação ambiental.
 (D) destinam-se exclusivamente à exploração mineral controlada.
 (E) não possuem regras de preservação dos recursos naturais.

9. (2026)

A Área de Proteção Ambiental das Reentrâncias Maranhenses apresenta elevada importância ecológica. Entre suas características, destaca-se:

- (A) a presença predominante de vegetação de caatinga e clima semiárido.
 (B) a concentração das principais jazidas de minério de ferro do Maranhão.
 (C) a proteção exclusiva das nascentes do rio Tocantins.
 (D) a existência de extensos manguezais e de áreas utilizadas por aves migratórias para descanso, alimentação e reprodução.
 (E) a formação de cânions e mesas sedimentares no sul do estado.

10. (2026)

Os parques nacionais são unidades de conservação de proteção integral. De acordo com o texto, sua finalidade principal consiste em:

- (A) permitir a exploração econômica irrestrita de recursos naturais.
 (B) incentivar a ocupação urbana e a expansão industrial.
 (C) ampliar a produção de grãos em áreas ambientalmente protegidas.
 (D) substituir ecossistemas naturais por áreas de turismo intensivo.
 (E) proteger os recursos naturais, permitindo pesquisa científica, educação ambiental e turismo controlado.

11. (2026)

O Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses localiza-se no litoral leste do estado e possui como principal atrativo:

- (A) extensos campos de dunas de areia branca intercalados por milhares de lagoas interdunares de água doce.
 (B) florestas densas de araucárias e vales glaciais.
 (C) cavernas calcárias situadas no extremo oeste amazônico.
 (D) planícies alagáveis destinadas à criação extensiva de búfalos.
 (E) grandes áreas de lavouras mecanizadas de soja e milho.

12. (2026)

O Parque Nacional da Chapada das Mesas protege uma paisagem singular do sul maranhense. Entre seus elementos característicos estão:

- (A) manguezais, restingas e baías costeiras.
 (B) mesas, cânions, cachoeiras e grutas em área de transição entre cerrado e caatinga.
 (C) florestas de coníferas, geleiras e campos de altitude.
 (D) deltas fluviais formados em mar aberto.
 (E) dunas costeiras e lagoas interdunares sazonais.



GOSTOU DESSE MATERIAL?

Então não pare por aqui: a versão **COMPLETA** vai te deixar ainda mais perto da sua aprovação e da tão sonhada estabilidade. Aproveite o **DESCONTO EXCLUSIVO** que liberamos para Você!

EU QUERO DESCONTO!